

NOTAS DE LEITURA: HEGEMONIA, CRISE, ESTADO, TOTALITARISMO.

Reginaldo Carmello Corrêa de MORAES *

RESUMO: Este artigo é o que o seu título indica: notas de leitura. Na tentativa de vincular atividade docente e investigação, procuro aqui sintetizar temas surgidos a partir dos cursos de "Filosofia das Ciências Humanas" do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação da Universidade Estadual Paulista (ILCSE — UNESP, Campus de Araraquara). Temas para discussão, eles procuram alinhar formulações que unem questões "Clássicas" a problemas contemporâneos: a crise da sociedade burguesa e as origens do totalitarismo, a reprodução da maneira burguesa de ver o mundo, a conquista do aparelho de estado, e a revolução social, o pensamento liberal e o totalitarismo. Constitui tentativa (não certamente acabada) de escrever para o leitor-aluno e, ao mesmo tempo, resgatar uma referência a problemas teóricos que necessitam tratamento mais profundo.

UNITERMOS: Crise; totalitarismo; aparelhos ideológicos de Estado; reificação; liberalismo; democracia.

Há alguns anos atrás, o texto de Althusser sobre "os aparelhos ideológicos do Estado" (1) era referência obrigatória nos círculos da esquerda acadêmica. Em termos gerais, a tese aí exposta afirmava que a "competência" no trabalho — entendida não só como qualificação técnica, mas também como submissão à ideologia dominante — era gerada, primordialmente, fora do processo produtivo. (1:19). Reconstituamos o argumento, para melhor compreendê-lo: Althusser afirma que a reprodução da classe operária significa basicamente duas coisas: em primeiro lugar, sua reposição, digamos, "física", ou seja, reprodução de sua substância e de seus sucessores; em segundo lugar, a reprodução de sua situação como "quantidade de trabalho" às ordens do capital. Esse "às ordens" significa que o operário tem que dispor de uma série de "saberes

práticos" e também de uma obediência à norma burguesa de sociedade. À escola cabe um papel fundamental nesta última produção de "saberes": "A escola ensina também as 'regras' dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de respeito pela divisão social e técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe" (1:21). A tese de Althusser era que esta aprendizagem da ideologia se dava, em proporção crescente, por meio do sistema escolar capitalista e de outras instituições, isto é, fora do processo imediato de produção (1:18). Os aparelhos ideológicos do estado (entre eles, a escola) funcionariam como um moinho que distri-

* Departamento de Ciências Sociais e Filosofia — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14.800 — Araraquara — SP.

buiria os indivíduos pelos “lugares” sociais preexistentes.

Essas afirmações levaram a uma série de polêmicas a respeito do papel privilegiado que o autor conferia às instâncias ditas “ideológicas” ou superestruturais, na reprodução da dominação de classe. Esse privilégio implicava também a ênfase na conquista de tais aparatos de estado — espécie de “chave geral” da submissão de classe — e sua utilização pela classe dominada, ou pelos seus simpatizantes. A polêmica enraizava nos clássicos do marxismo por duas vias, portanto: por um lado, pela questão da reprodução da ideologia burguesa (quais são as chaves mestras dessa reprodução e de sua quebra?) e por outro lado, ou por uma derivação desta primeira questão, pela polêmica a respeito da tática de luta de classe e da conquista do aparato de estado (ou das “trincheiras” do inimigo de classe, na guerra de “posições”).

A REPRODUÇÃO DA MANEIRA BURGUESA DE VER O MUNDO

A referência clássica para este tema é, costumeiramente, a teoria lucaksiana da “reificação” (7), segundo a qual, a fragmentação crescente do processo de trabalho em operações parciais abstratamente racionais compromete o vínculo trabalhador-produto e reduz o ato de trabalho a uma função bastante específica e de repetição mecânica (7:115). Os sistemas parciais aparecem como contingentes, uns com relação aos outros. Na manufatura, teríamos a autoridade do capi-

talista sobre os homens que funcionam dentro dum mecanismo de conjunto destinado à produção; na divisão social do trabalho, porém, os produtores seriam colocados frente a frente dirigidos por uma autoridade que não é outra senão a da competição, da coerção que sobre eles exerce a pressão de seus interesses mútuos. Luckacs diz mais: além de se impor sobre os produtores, essa lei que vigora sobre a totalidade não poderia ser inteira e adequadamente cognoscível, porque isso asseguraria ao sujeito desse conhecimento uma posição tal de monopólio que isso suprimiria a economia capitalista enquanto tal. *

O mercado, autoridade que articula as partes e setores da produção, aparece assim como uma espécie de juiz regulador de todos os gestos da vida social: determina o que e quanto se produz, como se repartem os recursos e os esforços da sociedade pelos diferentes setores da produção de bens e serviços. O “alheamento”, alienação ou reificação seria, em suma, essa operação produzida pela própria sociedade capitalista: ela deposita a “consciência da sociedade”, a instância das decisões, em leis objetivas, fatais e violentas desse mercado, um “outro” dos homens reais. Esse “outro”, a lei do valor das mercadorias, aparece como o deus capitalista que determina o destino de suas criaturas. As relações estabelecidas entre os homens aparecem então como relações determinadas entre coisas. É apenas nas crises que se manifesta a incoerência do sistema global, a combinação absolutamente contingente e anárquica dos sistemas parciais

* É possível, nesse sentido, um “planejamento capitalista”? Esse tema se enraizou nas ciências sociais a partir de 1930. Representa a compreensão de que é necessária a intervenção estatal para suprir o jogo de leis do mercado, na tarefa de preservar a acumulação. Em outros termos, ele surgiu da constatação dramática de que era falso o pressuposto da “alocação ótima de recursos” num mercado competitivo, pressuposto que substituiu Deus pelo mercado, num jogo em que os interesses egoístas se completariam e compensariam, constituindo, na soma-zero final, o melhor dos mundos possíveis. É principalmente Keynes quem, de início, sublinha o papel fundamental do governo para corrigir distorções do sistema de preços, distorções decorrentes do descompasso entre custo privado e custo social da (re)produção. Contudo, o conflito de subjetividades e de pontos de vista se viu, na verdade, transferido para outra instância. Aos setores não hegemônicos da classe dominante será sempre possível perguntar até que ponto se tem *correções* e não *espoliação* via Estado. O planejamento, corrigindo sistema de preços, crédito etc., é necessariamente violência, envolvendo juízos diferentes sobre as “necessidades objetivas”. A esperança dum sujeito indiviso que abraçasse o mundo se desfaz, tanto no nível do conhecimento quanto no da ação.

(7:127). É aí que se manifesta, enfim, que as relações sociais não são tão objetivas, racionais, normais e eternas, mas que o “real” pode ser curvado.

Nesse sentido, portanto, assim como a reprodução da submissão é fruto do próprio processo de produção capitalista no seu conjunto, também a crise dessa submissão, isto é, a crise de (re)produção da consciência burguesa, se dá com a desarticulação dos gestos sociais concretos, personificados pelos atos dos homens no processo de produção. Deste modo, uma paralisação na produção, por exemplo, mesmo quando movida por interesses imediatos, lança mais luz sobre o “absurdo” da sociedade burguesa e sobre seu funcionamento “injusto” do que anos de doutrinação e “ensinamentos” das escolas (da escola burguesa e das “escolas” dos partidos).

CONQUISTA DO APARELHO DE ESTADO E REVOLUÇÃO SOCIAL

A outra questão - a polêmica sobre a “reforma” do Estado - tem igualmente sua raiz nos clássicos. Veja-se por exemplo a carga de Marx sobre o “socialismo monárquico-prussiano” de Lassale, calcado sobre o sufrágio universal, a eleição de candidatos “sinceros e inteligentes”, instauração (por meio desses parlamentares) de fábricas cooperativas montadas pelo Estado, com o conseqüente ‘controle’ cada vez maior da produção por parte do “povo trabalhador”, etc. A crítica do programa de Gotha, por Marx, procura mostrar em que medida tais esperanças estão fundadas sobre uma concepção de Estado (e de sua origem) que o trata como uma realidade independente e acima das classes. Além disso, Marx afirma que tais esperanças demonstram que não se está no poder nem se está maduro para o poder. Essa vai ser, grosso modo, a via de R. Luxemburg no combate a Bernstein, no começo do século.

Essa polêmica é novamente acesa quando Althusser discute a questão da to-

mada do Estado e de seus aparatos na estratégia para eliminar a submissão de classe. A partir de suas afirmações sobre a importância fundamental dos aparelhos supra-estruturais como fonte da submissão de classe, Althusser constituirá uma sutil distinção entre *poder* de Estado e *aparato* de Estado, através da qual se fará (não sem ambigüidade) a exortação à utilização do aparato de Estado existente “em função dos interesses operários”:

“(…) o objetivo das lutas de classes visa o poder de Estado e, conseqüentemente, a utilização feita pelas classes (ou aliança de classes ou de frações de classes), detentoras do poder de Estado, do aparelho de Estado em função dos seus objetivos de classe” (1:38).

A questão da natureza da máquina estatal e das formas de estado construídas por um movimento anticapitalista aparecem aqui ocultas por uma ambigüidade perigosa. Tanto mais perigosa quando se levam em conta os fracassos que têm obtido os opositores do estado burguês quando procuram se valer da administração de fragmentos desse estado, quando procuram ocupar trincheiras do inimigo na sua própria fortaleza, buscando competir e superar pacificamente os administradores burgueses, ou seja, quando não se apresenta diante da classe dominada uma alternativa global à sociedade burguesa. Isso assume maior relevância quando se percebe que é sobre os fracassos anticapitalistas que se restauram, com força renovada, as formas mais bárbaras de despotismo. Curiosamente, a percepção desse paradoxo aparente remonta não a Marx, mas mesmo a Rousseau e por meio dele chega aos liberais de nossos dias. Senão vejamos.

PENSAMENTO LIBERAL E TOTALITARISMO

Constitui uma aquisição de Marx o ter demonstrado que o crescimento do capital e o aumento do proletariado se apre-

sentam como produtos concomitantes, opostos paralelamente, de um processo único.

Deste modo, um não se produz sem o outro. Para conciliar aparentemente os universais burgueses e o caráter antagônico do crescimento capitalista, a sociedade burguesa tem que apresentar a divisão de classes como uma *estratificação* em que a todos é permitido ascender. A contradição é 'resolvida' por um ato que aparentemente suicida o capital, um ato que torna aparentemente possível a universalização da situação do pólo dominante (ou seja, um ato que nega a dominação). Deste modo, a existência presente do sistema de exploração supõe, para se legitimar, a reposição de um mito idílico de acumulação primitiva - que aparece nas idéias de mérito, esforço, de propriedade fundada sobre o trabalho, etc.

Curiosa, mas não casualmente, o próprio Rousseau pressentia essa situação:

"aliás, os cidadãos não se deixam oprimir desde que não os mova uma cega ambição. Tendo oportunidade de olhar mais para baixo do que para cima, o domínio torna-se-lhes mais estimado do que a independência. Consentem então os grilhões para ter ocasião de os impor a outros. É muito difícil reduzir à obediência o que não procura comandar" (8: 278).

Ora, como o problema que Rousseau coloca é o da legitimação, o da constituição duma ordem estável no mundo*, nada apavora mais do que a dominação precária, fundada sobre o exclusivo arbítrio. Suas páginas são, nesse sentido antológicas:

"Ver-se-ia a opressão crescer continuamente sem que os oprimidos pudessem descortinar seu termo, nem

quais os meios legítimos que lhes restavam para a impedir. Ver-se-iam os direitos dos cidadãos e as liberdades nacionais extinguírem-se à pouco e as reclamações dos fracos consideradas murmúrios sediciosos. Ver-se-ia a política restringir a uma porção mercenária do povo e honra de defender a causa comum. Ver-se-ia decorrer daí a necessidade de impostos; desencorajado, o lavrador abandonar os campos para largar a charrua e cingir a espada mesmo em tempo de paz. Nasceram as regras funestas e bizarras do ponto de honra; os defensores da pátria transformados, mais tarde ou mais cedo, em inimigos, de punho erguido contra os seus concidadãos" (8:279).

E é ainda Rousseau quem antecipa por dois séculos a preocupação antitotalitária de "nossos" liberais:

"Fiel às suas convicções democráticas sabe o presidente Geisel que, se a ação subversiva regride e a repressão avança, abre-se um espaço dentro do qual cabem tiranias desde as mais brandas até as mais atrabiliárias, todas caracterizadas pelo fato de que desconhecem os direitos básicos da criatura humana.

A longo prazo o desconhecimento desses direitos desfibra os povos e avilta as nações. Já o velho Ihering salientava que os direitos se deterioram pelo desuso e pela covardia de seus principais beneficiários: se por 'comodidade' ou 'ignorância', ou por medo, os indivíduos ficarem longo tempo inativos sem fazer valer seus direitos, o princípio legal perderá por esse fato o seu valor" (6).

"(...) não basta a uma autoridade ser temida. É preciso que seja acatada e

*"Queria viver e morrer livre, isto é, de tal modo submetido às leis que nem eu nem ninguém pudesse subtrair-se a tão honrosa sujeição salutar e suave, que as pessoas mais orgulhosas aceitam tanto mais docilmente quanto não costumam consentir nenhuma outra" (8: 218).

respeitada. Por seu sentido de justiça” (4).

“(…) o Movimento de há onze anos visava muito menos o poder do que a restauração da autoridade política. No mundo em que vivemos, a autoridade política é indissociável da autoridade democrática. Somente em democracia a ordem pode ser moralmente imposta, porque é o fruto do consenso dos cidadãos. Evidentemente que a ordem pode reinar pelo temor. Mas isso corresponde a abdicar do respeito que empresta ao Estado o meio de fazer a pedagogia do civismo” (5).

Nossos liberais são antitotalitários, mas não necessariamente antiautoritários. Muito antes pelo contrário. O que aí se lamenta — e neste sentido essas mesmas fontes não cansam de repetir, saudosas, que o mundo já não tem os líderes que tinha, que o Ocidente perdeu suas “cabeças” etc. — é exatamente o fim dum mundo em que tudo era mais “certo”, seguro, legítimo, em que se tinha uma *justiça* acatada e fruto de consenso. Trata-se de um pensamento restaurador. E o que preocupa é, de certo modo, a morte desse imperativo moral, porque o totalitarismo é sintoma dessa morte: é na época em que os universais burgueses decaem que se desagregam os valores burgueses de civilização, é nesse momento que se torna mais e mais provável e possível o surgimento do totalitarismo *, o mais instável — e é esse o seu problema — dos regimes.

Um pensamento reacionário, nostálgico, restaurador? Muito provavelmente lhe dariamos tal título. Contudo, ele tem sua fertilidade, porque alerta para o signi-

ficado dos impasses dessa transição de valores de civilização. A teorização de uma H. Arendt sobre as condições de possibilidade do totalitarismo nos parece, nesse caso, exemplar:

“O que no mundo não totalitário prepara os homens para a dominação totalitária é o fato de que o desenraizamento que outrora constituía uma experiência limite, sofrida em certas condições sociais marginais, como a velhice, se tornou a experiência cotidiana das massas sempre crescentes de nosso século” (3:230).

Essa “experiência absoluta de não pertinência ao mundo” (3: 226) corresponde na verdade a uma dependência e a um sentimento de impotência sobre a reprodução do mundo, uma sensação incômoda de que não há nada que garanta a sobrevivência dessa ordem de que depende toda a vida humana. Daí o totalitarismo aparecer vestido dum sentido de restauração, de petição e garantia de eternidade, de vitória sobre a morte. O totalitarismo é um “último sustentáculo num mundo em que ninguém é digno de fé e em que não se pode contar com nada” (3:230).

Esse problema é, inegavelmente, um problema também para o marxismo, uma vez que coloca na ordem do dia a questão da crise de hegemonia como crise de autoridade e como um impasse político. Em que termos esse impasse e essa situação de desagregação, de anarquia, de guerra cega de todos contra todos, não catalisa a colagem dum projeto “à la Hobbes” (dum Vargas)**, ou dum retrocesso político (mais recentemente)?

* “O desenvolvimento de uma nova forma totalitária de governo (teve) lugar contra o pano de fundo de uma quebra mais ou menos geral e mais ou menos dramática de todas as autoridades tradicionais” (2-218)

** Em 1937, Vargas se volta contra os particularismos, o caráter dispersivo das facções e partidos, que tornam a nação inviável como ser organizado. Em 1946, atira contra a “democracia de Cambaís”, que sustenta o clima de guerra de todos contra todos, e subtrai aos “pequenos” a esperança de saírem da situação de proscritos e dos “grandes” a esperança de salvaguardarem seus bens diante da anarquia. Vargas se apresenta então como a figura da prudência, pela qual os homens abrem mão do direito de se autogovernarem, concedem ao Leviatã a tarefa de preservar a ordem sem a qual a nação não sobreviveria.

A crise põe em evidência a anarquia da sociedade capitalista; não põe porém em evidência a sua solução. O pequeno-burguês reclamará de que não lhe é possível ter leite à porta, de que faltam alimentos na cidade, de que os serviços não funcionam. O desemprego berrará pela falta de colocações. Uma grita geral se fará porque “hoje em dia nada funciona neste país!” Não basta condenar o conservantismo pequeno-burguês. Ele não o abandonará espontaneamente e em troca de nada. Não basta condenar com desdém os “amantes da ordem” ou a “impaciência” dos desempregados. Impossível pensar que eles vivam sem perspectivas e se acomodem com isso. Também é insuficiente a denúncia de que a anarquia é culpa dos capitalistas, que sabotam as necessárias reformas etc. A con-

traposição duma nova ordem é, nesse ponto, fundamental. Porque não é o excesso de força e autoridade que desmoraliza as reformas fragmentares, é a falta, ou seja, a incapacidade para acabar com a anarquia.

Em outros termos, é nesse vão, compreendido entre a insuficiência (já) dos valores burgueses e a insuficiência (ainda) dos valores alternativos, que se pode instalar a aventura totalitária. Entre a impotência dos velhos métodos burgueses e reformistas e o vigor do totalitarismo nascente, a pequena burguesia pauperizada e deslocada, e mesmo parcelas significativas do proletariado darão seu assentimento, tácito ou militante, ao último: A não ser que se avance uma nova civilização, nova política, nova moral, novos rituais cotidianos, um “viver outramente” enfim.

MORAES, R.C.C. de — Reading-notes: hegemony, crisis, State, totalitarism. *Perspectivas*, São Paulo, 5: 23-28, 1982.

ABSTRACT: An attempt to link theoretical inquiry and teaching activities on “Philosophy of human sciences”. Conjuncture between “classical” questions and contemporary problems: the crisis of bourgeois society, the origins of totalitarism, the reproduction of bourgeois “Weltanschauung”, the conquest of state apparatus, social revolution, liberal thought and totalitarism. An attempt to write to the reader-student.

KEY-WORDS: Crisis; totalitarism; ideological apparatus of State; alienation; liberalism; democracy.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALTHUSSER, L. — *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa, Presença, 1974.
2. ARENDT, H. — *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Perspectivas, 1972.
3. ARENDT, H. — *Ideologie et terreur: un nouveau type de régime*. In: *Le système totalitaire*. Paris, Sevil, 1972.
4. EDITORIAL. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 2 fev. 1975.
5. EDITORIAL. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 3 fev. 1975.
6. EDITORIAL. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 3 fev. 1975.
7. LUCKACS, J. — *Historia y consciencia de classe*. Havana, Ed. de Ciências Sociales del Instituto del Libro, 1970.
8. ROUSSEAU, J.J. — *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. São Paulo, Ed. Abril, 1978.